COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N.º 422, DE 2007.

(Apensado: PL nº 3.707, de 2008)

Altera o art. 162, da Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

Autor: Deputado FLAVIANO MELO

Relator: Deputado PAES LANDIM

VOTO EM SEPARADO

O nobre Deputado Relator assim relata o projeto em tela:

“O projeto em exame visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de estabelecer que as empresas sejam obrigadas a manter, também, serviços especializados em odontologia do trabalho, bem como a realizar exames odontológicos em seus trabalhadores.

À proposição foi apensado o PL nº 3.707, de 2008, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que Altera a alínea "d" do parágrafo único e o caput do art. 162, da Seção III e o § 3º e o caput do art. 168, Seção V, do Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEC, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2009, aprovou o Projeto de Lei nº 422, de 2007, e o apensado, PL nº 3.707, de 2008, com substitutivo, nos termos do parecer do Relator, Deputado José Guimarães.

Em seguida, a Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, em reunião ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2010, aprovou unanimemente os referidos projetos, com substitutivo, nos termos do parecer do Relator, Deputado Geraldo Resende.

Por fim, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, em reunião ordinária realizada no dia 16 de maio de 2012, aprovou as proposições, nos termos do parecer do Relator, Deputado Mauro Nazif.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

É o relatório.”

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Analisando a matéria em comento não posso concordar com o ilustrado voto do relator, no que toca a inconstitucionalidade dos projetos em tela, sob a justificativa abaixo aduzida.

Justifico minha posição com o texto abaixo transcrito:

“1- A IMPORTÂNCIA DE UMA EMPRESA POSSUIR UM DENTISTA DO TRABALHO.

O Dentista do Trabalho vai diagnosticar e verificar a necessidade de intervenção odontológica junto aos colaboradores das empresas onde atua, e encaminhá-los para tratamento, a fim de supri-las, para que possam ser considerados aptos à atividade a que estão sendo admitidos pela empresa contratante.

Ao constatar durante a realização do Atestado de Saúde Ocupacional Odontológico (ASOo), alguma patologia que interfira no pleno exercício da função pretendida pelo colaborador, seja ele admissional, periódico, demissional ou mudança de função, o Dentista do Trabalho deverá encaminhar o trabalhador para tratamento em clínicas conveniadas, consultórios particulares, ou mesmo para o SUS (se o candidato não tiver plano de saúde odontológico ou se a empresa não quiser arcar com o tratamento), se entender e verificar que o mesmo não

possui condições de atuar no cargo específico, a que está sendo contratado pela empresa.

Se a condição acima não for satisfeita, o Dentista do Trabalho não poderá atestar que o colaborador está apto para a função, deixando o Atestado de Saúde Ocupacional Odontológico (ASOo) em aberto até que o colaborador tenha suas necessidades de tratamento satisfeitas. Após um novo exame, o Dentista do Trabalho, ao verificar que a necessidade de tratamento foi atendida, atestará APTO no ASO odontológico.

2 – A ODONTOLOGIA DO TRABALHO E SUA IMPORTÂNCIA NA REDUÇÃO DO ABSENTEÍSMO E ACIDENTES DE TRABALHO POR CAUSAS ODONTOLÓGICAS

A empresa será beneficiada, na medida em que, contar com colaboradores saudáveis, em se tratando de saúde bucal, minimizará o absenteísmo (termo usado para designar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho, seja por falta ou atraso, devido a algum motivo interveniente) e o presenteísmo (quando o colaborador está presente no local de trabalho, mas por motivo de dor, ou desconforto causado por problemas de ordem bucal, não está concentrado no trabalho), sendo a automedicação, as interações medicamentosas aliadas a horas de sono perdidas em decorrência da dor, provocam sonolência e desatenção, que podem provocar um acidente de trabalho por causas odontológicas, sendo que nestas situações por si só, já justificam a atuação do Dentista do Trabalho nas Empresas.

As organizações serão contempladas, pois o investimento em Odontologia do Trabalho será bem menor, do que o custo decorrente das faltas ao trabalho, dos acidentes de trabalho provocados pelo impacto das patologias que causam desatenção e sonolência por exemplo.

3 – A IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA DE MONITORAMENTO E PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL NAS EMPRESAS

A relação com a qualidade de vida e o aumento da autoestima, a redução do absenteísmo e o aumento da produtividade das organizações, são fatores significativos e a busca constante de uma gestão responsável e moderna.

Um Programa de Monitoramento e Promoção da Saúde Bucal (PMPSB) será confeccionado pelo Dentista do Trabalho, que após visitas aos postos de trabalho, no intuito de identificar e analisar os fatores de risco vai elaborar um plano de ação visando à prevenção de

patologias do sistema estomatognático e a promoção de saúde, sendo um instrumento de fundamental importância para a minimização de riscos, a que estes colaboradores estão expostos, contribuindo de forma determinante, para diminuir o índice de absenteísmo por causas odontológicas, o que impacta diretamente na qualidade de vida do colaborador, que labuta com a autoestima elevada, e mais motivado, aumentando a produtividade do setor empresarial, o que, por conseguinte, vão gerar mais lucros as organizações.

4 – O PROGRAMA DE MONITORAMENTO E PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL E A REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE COMO “INSTRUMENTO DE NEGOCIAÇÃO” PARA A REDUZIR O VALOR DO “TICKET MÉDIO” PAGO AOS PLANOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR ODONTOLÓGICOS

O Programa de Monitoramento e Promoção da Saúde Bucal (PMPSB) é instrumento importante, para auxiliar na promoção da saúde oral dos colaboradores, da mesma forma, são uma ferramenta para redução da sinistralidade, diminuindo diretamente os eventos e/ou procedimentos odontológicos assistenciais (extrações, restaurações, endodontias, dentre outros), ou seja, a utilização dos Planos de Saúde Suplementar Odontológicos, pois oferta uma ampla gama de dados epidemiológicos, que poderão ser utilizados pelas organizações para negociar o valor do “ticket médio” pago às operadoras de planos odontológicos, e proporcionar assim, ao empresário, mais um excelente benefício.

5 – A DESONERAÇÃO DO SUS PROMOVIDO PELA IMPLANTAÇÃO DA ODONTOLOGIA DO TRABALHO NAS EMPRESAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA COM A SOCIEDADE

A Odontologia do Trabalho desonera o SUS, na medida em que os Programas de Monitoramento e Promoção da Saúde Bucal (PMPSB) implantados nas empresas reduzirão a procura às unidades de saúde para atendimento odontológico.

Por conta dos ganhos em saúde bucal, que estes programas proporcionam ao colaborador, em que pese à promoção de saúde e a prevenção de doenças do sistema estomatognático, o PMPSB trará além dos benefícios já citados anteriormente, um ganho a mais para toda a sociedade, a diminuição da demanda nas unidades de saúde gerada por trabalhadores e abrirá um espaço maior para que outra parcela da população, dependente deste serviço, seja atendida.

Há de se salientar ainda, que as grandes corporações possuem Plano de Saúde Suplementar Odontológico, o que certamente contribui também para que a desoneração do SUS seja ainda mais expressiva, pois os colaboradores irão procurar a rede referenciada, para que sejam supridas suas necessidades em se tratando de saúde bucal.

6 – A CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONADA PELA ODONTOLOGIA DO TRABALHO PARA REDUÇÃO DE DOENÇAS SISTÊMICAS, PREVENÇÃO DE DORT, PARA O AUMENTO DO PIB E REDUÇÃO DOS CUSTOS COM DIAS PERDIDOS (CUSTO HUMANO) DECORRENTES DE ACIDENTE E/OU DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO.

Vale ainda ressaltar que os PMPSB implantados nas empresas, contribuirão de forma efetiva para a minimização de doenças sistêmicas, provocadas por fatores de ordem bucal, como por exemplo: endocardite bacteriana, febre reumática (decorrentes de focos infecciosos de origem bucal), partos prematuros (por quadros de periodontite avançada), infecções das vias aéreas – sinusite, faringite, amigdalite-(associadas a focos infecciosos de origem bucal) cefaleia (proveniente da má-oclusão – DTM), dentre outras.

A Odontologia do Trabalho, assim como a Medicina do Trabalho, visa à promoção e proteção da saúde do trabalhador no seu local de trabalho, através de ações preventivas que proporcionem a integridade da saúde, devendo ser visto o trabalhador, de forma integral, ou seja, levando em consideração a saúde geral e a bucal.

Saúde conceitua-se como: “estado de completo bem estar físico, mental e social, e não consistindo somente, da ausência de doença ou enfermidade” do colaborador, sendo assim, a Odontologia do Trabalho (OT) se insere plenamente na NR4 do MTE – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

Após a aprovação do PL 422/2007 e apensado, o Dentista do Trabalho deverá compor a equipe multidisciplinar de saúde do trabalhador, juntamente com o Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho.

Segundo a OIT:

- a cada 15 segundos, um trabalhador morre a partir de um acidente de trabalho ou doença relacionada ao trabalho;
- a cada 15 segundos, 160 trabalhadores têm um acidente de trabalho;
- todos os dias, 6.300 pessoas morrem como resultado de acidentes de trabalho ou doenças relacionadas ao trabalho,

- mais de 2,3 milhões de trabalhadores morrem por ano, vítima de acidente de trabalho;

- 317 milhões de acidentes ocorrem no local de trabalho anualmente, muitos deles resultando em ausências prolongadas do trabalho.

O custo humano dessa adversidade diária é vasto e os encargos econômicos da falta de Saúde e Segurança do Trabalhador (SST) são estimados em 04 (quatro por cento) do produto interno bruto global a cada ano.

7- CONCLUSÕES E REFLEXÕES

O presente esclarecimento visa a elucidar, várias dúvidas quanto à Odontologia do Trabalho e seus propósitos, e em que a especialidade pode auxiliar na redução dos custos das organizações empresariais, e convencer os atores do setor produtivo brasileiro, os gestores, de que, a Saúde do Trabalhador é investimento, e assim sendo, entender que custo para as empresas são o absenteísmo, o presenteísmo, os acidentes de trabalho decorrentes de fatores bucais, a falta de motivação do colaborador que tem sua autoestima diminuída e produz menos e desta maneira gera prejuízos para a organização.

Citamos como exemplo prático, o caso dos Bombeiros Salva-Vidas do RJ, que estão pleiteando a Odontologia do Trabalho, como forma de prevenir as doenças, principalmente câncer de lábio, pois devido estes profissionais ficarem expostos por muito tempo sob condições de risco (radiação solar), o uso de bloqueador solar seria indicado para minimizá-lo.

Relatamos também, que a reparação da saúde no caso descrito acima, é de alto custo, o tratamento é geralmente mutilador o que vem mais uma vez a corroborar para que a OT seja implantada nos ambientes de trabalho, pois o ônus causado ao Empresário, ao SUS, bem como à Saúde Suplementar, e para o Estado em termos de Previdência Social, bem como o custo social que esta patologia representa, mais uma vez aponta para que seja implantada nas organizações.

Odontologia do Trabalho (OT) não é custo e sim investimento, e que preconiza a prevenção, a promoção de saúde bucal, e nada tem a ver com a Odontologia Assistencial, que de forma errônea, tem sido confundida com OT equivocadamente, sendo que o custo para empresário que tem o trabalhador ausente em seu posto de trabalho, bem como o presenteísmo e os acidentes de trabalho por causas bucais, por si só justificam o Investimento em OT.

Também enfatizamos que empresário que investe em OT ganha em produtividade, e que o custo do absenteísmo por fatores

buciais é bem maior do que o investimento na especialidade, o que mais uma vez justifica a aprovação do PL e o diagnóstico da situação de saúde bucal dos colaboradores das empresas é um dos objetivos da Odontologia do Trabalho (OT), e, que em nada se assemelha à Odontologia assistencial.

Ao contrário do que se pensa e muitas vezes se apregoa nos meios empresariais, bem como no meio político, o presente esclarecimento pretende demonstrar de forma sintética, didática e objetiva, onde ocorre a oneração das empresas, que negligenciam ou simplesmente por falta de informação adequada, acreditam que o investimento em Odontologia do Trabalho, aumenta os custos, pelo simples fato de ignorar a função da especialidade, em se tratando de saúde e segurança do trabalhador.

As empresas devem compreender que necessitam investir no que é mais precioso e importante dentro da organização empresarial, o CAPITAL HUMANO, e que é através dele e somente dele que o empreendedor consegue produzir toda sua riqueza.

O respeitável relator, em seu entendimento, manifesta-se da seguinte maneira:

“Assim, os dispositivos celetistas que se pretende alterar são relativos à saúde do trabalhador, no que concerne ao ambiente de trabalho saudável para o exercício de suas atividades laborais, sendo também preventivos dos riscos ocupacionais. Ou seja, não se referem à saúde pública, geral, de todo e qualquer cidadão.

Deste modo, os projetos e substitutivos, ao proporem a inserção da odontologia laboral, não somente contrariam as citadas NR, como, principalmente, extrapolam o escopo da garantia constitucional prevista no inciso XXII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Não guardam, portanto, as propostas qualquer relação com ambiente do trabalho e, por consequência, com os dispositivos celetistas que pretendem alterar, dispendo sobre um conceito amplo de saúde do indivíduo. Nesse sentido, o direito à saúde é dever do Estado e está disposto no artigo 6º da Constituição Federal, nos seguintes termos: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

No meu entendimento, erra o relator, pois os projetos em comento vêm justamente preencher uma lacuna legal, que ora se supre.

Assim, a matéria é CONSTITUCIONAL, JURÍDICA e de boa TÉCNICA LEGISLATIVA, razão pela qual manifesto meu voto

pela aprovação do PL 422/07, do PL 3.707/08, e dos Substitutivos aprovados na CDCE e na CSSF.

Sala das Comissões, 08 de agosto de 2013.

Deputado Anthony Garotinho

PR/RJ